



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS

Memorando n.º 39/2016 - SECONT

Brasília, 15 de janeiro de 2016.

À: Secretaria-Geral de Controle Externo

Assunto: Acompanhamento do parcelamento de débitos

Senhor Secretário-Geral,

Considerando os termos da Portaria nº 76 (art. 2º, I, g), de 22/1/1997, com a redação dada pela Portaria nº 300, de 19/9/2011, conjugada com a Ordem de Serviço-CICE nº 002, de 22/9/2011, encaminhamos, em anexo, cópia da Decisão nº 3729/2015 e do Acórdão nº 483/2015, proferidos no Processo nº 21.757/2010, da ficha financeira referente à implementação do desconto nos proventos do senhor AUDÍZIO GONÇALVES MOREIRA, bem como da sua última notificação, para o devido acompanhamento.

Respeitosamente,



ADALTON CARDOSO FLORES
Secretário de Controle Externo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 4802 de 20/08/2015

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: [21757/2010](#)
Rubrica:.....

PROCESSO Nº [21757/2010](#)

RELATOR : CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

EMENTA : Tomada de contas especial instaurada pelo Governador do Distrito Federal e conduzida pela Subsecretaria de Tomada de Contas Especial - SUTCE, da então Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal - SEOPS, para apurar a existência de irregularidade na concessão e no pagamento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militar da Polícia Militar do Distrito Federal.

DECISÃO Nº 3729/2015

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da defesa juntada aos autos às fls. 172/177; b) da Informação n.º 132/2015 - SECONT/1ªDICONTE (fls. 180/189); c) do Parecer n.º 627/2015-ML (fls. 190/199); II - considerar, no mérito, improcedente a defesa encaminhada pelo Sr. Audízio Gonçalves Moreira, por intermédio de representante legal, em atenção ao item II da Decisão n.º 4.394/2014, tendo em vista que os argumentos trazidos não foram capazes de infirmar os fatos apontados nos autos em exame; III - julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei Complementar n.º 01/1994, irregulares as contas especiais em exame; IV - notificar, com fulcro no art. 26 da LC n.º 01/1994, o militar Audízio Gonçalves Moreira a recolher aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$ 28.517,13 (apurado em 30.04.2015, conforme demonstrativo de fl. 179), que deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos da ER n.º 13/2003; V - autorizar, desde logo, caso não atendida a notificação do inciso anterior, a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar n.º 1/1994; VI - tendo em vista a gravidade dos fatos observados, aplicar ao militar Audízio Gonçalves Moreira a pena de inabilitação, por um período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, prevista no art. 60 da Lei Complementar n.º 01/1994; VII - aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; VIII - autorizar o retorno dos autos à Secont/TCDF, para as providências pertinentes.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou a representante do MPJTCDF Procuradora MÁRCIA FARIAS.

SALA DAS SESSÕES, 20 de Agosto de 2015

Olavo Medina
Secretário das Sessões

Antonio Renato Alves Rainha
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria das Sessões

ACÓRDÃO Nº 483/2015

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PUBLICADO(A) NO DODF Nº 173
Em 08/09 de 20 15 PÁGINA(S) 24


Secretaria das Sessões

Ementa: Tomada de Contas Especial – TCE. Pagamento de indenização de transporte em razão da passagem para a inatividade de militar da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF. Constatação de ato doloso. Citação. Defesa improcedente. Contas julgadas IRREGULARES. Imputação de débito e inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal.

Processo TCDF n.º: 21.757/2010 (1 volume) - **Apenso n.º:** 480.000.999/2010 (1 volume).
Nome/Função: Sr. **Audízio Gonçalves Moreira** (militar beneficiário da indenização de transporte).
Órgão: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.
Relator: Conselheiro Inácio Magalhães Filho.
Unidade Técnica: Secretaria de Contas – Secont/TCDF.
Representante do MPjTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.
Impropriedades apuradas: i) inobservância de normas legais/regulamentares que regiam a matéria à época dos fatos, referente à concessão e ao pagamento de indenização de transporte em razão da passagem para a inatividade de militar da Polícia Militar do Distrito Federal; e ii) tentativa fraudulenta de comprovação pelo militar de uma situação inexistente junto à Administração Pública, com o intuito de regularizar o recebimento do benefício indevido, configurando má-fé do beneficiário e prática de ato doloso.

Vistos, relatados e discutidos os autos, tendo em conta as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto à Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito, em:

I – com fundamento nos arts. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, e 20 da Lei Complementar n.º 01, de 9 de maio de 1994, **julgar irregulares** as contas em apreço, bem como determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos arts. 24, inciso III, e 26 do mesmo diploma legal;

II – **condenar** o responsável indicado a recolher aos cofres do Distrito Federal, o valor de R\$ 28.517,13 (vinte e oito mil, quinhentos e dezessete reais e treze centavos), apurado em 30.04.2015 (conforme demonstrativo de fl. 179), atualizado monetariamente até a data do efetivo ressarcimento (com incidência de juros de mora), em razão das irregularidades identificadas nestes autos e no Apenso n.º 480.000.999/2010;

III – **fixar** o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro do Distrito Federal, nos termos do art. 186 do Regimento Interno do TCDF, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, nos termos da Lei Complementar n.º 435/2001;

IV – **inabilitar** o militar Audízio Gonçalves Moreira, por um período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal, nos termos do art. 60 da LC n.º 1/1994;

V – **autorizar**, desde logo, a cobrança judicial do débito, nos termos do art. 29, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994, caso a medida prevista no item anterior não surta o efeito esperado.

Ata da Sessão Ordinária nº 4802, de 20 de agosto de 2015.


Presente o Conselheiro Renato Rainha, Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho e Paulo Tadeu.

Decisão tomada: por unanimidade.

Representante do MPjTCDF presente: Procuradora Márcia Ferreira Cunha Farias.


INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator


ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Presidente


MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS
Procuradora do Ministério Público
Junto ao TCDF.

SIAPÉ - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS PAGINA: 1
L.A54120.ET - CONSULTA DADOS FINANCEIRO DO SERVIDOR DATA: 22DEZ2015
ORGÃO SOLICITADO: 99072 - GDF MES PAGAMENTO : JAN2016

e-DOC C3E91C01-c
Proc 21757/2010

MATRICULA: 1382860 IDENTIFICACAO UNICA: 013828606
NOME : AUDIZIO GONCALVES MOREIRA
SIT.FUNC.: REFORMA CBM / PM NASCIMENTO: 24SET1951
FUNCAO : 0000 CARGO: 003020 0 DEPENDENTE: IR: 02 SF: 01
MES/ANO SOLICITADO: JAN2016

R/D	RUBRICA	SEQ.	MES/ANO	PRAZO	VALOR
	PARAMETROS	ASS.	PERC.	FRACAO	
R	82220 GRATIFICACAO DE REPRES.MILITAR	0			10,70
R	82221 SOLDO INATIVO	0			1.070,34
R	82225 ADIC.POSTO OU GRADUACAO INAT.	0			695,72
R	82227 ADIC.TEMP.SERVICO-MILITAR INAT	0			342,50
R 8	82228 AUXILIO MORADIA L.10486/02 AP	1			932,35
R	82236 ADICIONAL CERT. PROFISSIONAL	0			267,58
R	82238 ADIC. OPERACOES MILITARES INAT	0			405,77
R	82284 GCEF-GRAT COND ESP FUN MILITAR	0			406,89
R	82387 VPE - ART.1 LEI 11.134/2005 AP	0			2.629,03
R	82730 GRV-GRAT.POR RISCO DE VIDA GDF	0			1.000,00
D 8	34135 CONTRIB ASSOCIATIVA - CAP	1			84,90
D 8	34221 CONTRIB ASSOCIATIVA - CIFAIS	1			198,00
D 2	34647 CONTRIB ASSOCIATIVA - CABE	1			48,00
D 0	82858 INDENIZACAO DE TRANSP./GDF	1			682,85
		38			28.962,71
D	98028 CONTRIBUICAO PENSAO MILITAR	0			512,13
D	98029 CONTR.PENSAO MILITAR ADICIONAL	0			102,42
D	98035 FUNDO DE SAUDE	0			21,40
D 2	98036 FUNDO DE SAUDE ADICIONAL	1			12,00
		21			
D	99015 IMPOSTO DE RENDA APO/PENSIONIS	0			726,02

BRUTO : 7.760,88 DESCONTO: 2.387,72 LIQUIDO : 5.373,16



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS – GABINETE

e-DOC C3E91C01-c
Proc 21757/2010

Notificação nº 408/2015 – SECONT/GAB

Brasília (DF), 29 de setembro de 2015.

Prezado Senhor,

Em virtude do decidido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal na Sessão Ordinária nº 4802, de 20 de agosto de 2015, Decisão nº 3729/2015 (cópia anexa), fica Vossa Senhoria **CIENTIFICADO** que o Tribunal considerou improcedente a defesa apresentada no âmbito do **Processo nº 21.757/2010**, e julgou suas contas irregulares com fulcro no art. 17, inciso III, "b" e "c", da Lei Complementar nº 1/1994.

2. Fica Vossa Senhoria, também, **NOTIFICADO**, consoante art. 26 da Lei Complementar nº 1/1994, de que deverá recolher aos cofres do Governo do Distrito Federal, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contados do recebimento desta, o débito indicado no Acórdão nº 483/2015 (cópia anexa), no valor de **R\$ 28.962,71** (vinte e oito mil, novecentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos), em setembro de 2015, sobre o qual incidirá juros de mora e atualização monetária por ocasião do recolhimento, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001, devendo, ainda, apresentar a este Tribunal o comprovante do recolhimento.

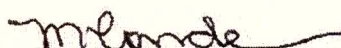
3. Cabe mencionar que a Corte aplicou-lhe a penalidade anotada no art. 60 da Lei Complementar nº 01/1994, inabilitando-o, por um período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal, conforme o acórdão supracitado.

4. Consignamos que da decisão retrocitada cabem os recursos previstos no art. 33 da referida Lei Complementar.

5. Para as consultas que se fizerem necessárias, os autos acima referidos encontram-se à disposição das 13h30min às 18h30min, na Sala de Atendimento ao Público deste Tribunal, localizada no térreo do Edifício Palácio Costa e Silva - Anexo – telefone 3314-2220.


6. Cumpre informar que Vossa Senhoria deverá manter atualizado o seu endereço neste Tribunal de Contas. Ademais, as decisões proferidas nos autos se encontram disponíveis no endereço eletrônico desta Corte de Contas (www.tc.df.gov.br), podendo cadastrar-se no "TCDF push" de forma a receber por e-mail informações sobre o andamento do processo de seu interesse.

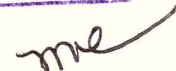
Atenciosamente,


Miriam Conde

Secretária de Controle Externo Substituta

Ao Senhor
Audízio Gonçalves Moreira
CPF Nº: 097.639.021-34

Recebi
Em <u>6/10/15</u>
<u>JOSE DE OLIVEIRA</u>
Nº do Completo

Assinatura
<u>993962-588-ET</u>
Identidade


ACF/Secont



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Valores do processo 21757/2010 - Tomada de Contas Especial

Posição em: 15/01/2016 19:33

Tipo	Histórico	Débito Corrigido(R\$)
Montante em exame	- Apreciado pelo Plenário	9.889,20
Prejuízo identificado	- Apreciado pelo Plenário	9.889,20
Juros		0,00

Responsáveis do processo 21757/2010 - Tomada de Contas Especial

Posição em: 15/01/2016 19:33

Nome	Tipo	Histórico	Débito Corrigido(R\$)	Recuperado corrigido(R\$)	Saldo(R\$)
- AUDÍZIO GONÇALVES MOREIRA	Inabilitação para o exercício de cargo em comissão	- Trânsito em Julgado	0,00	0,00	0,00
- AUDÍZIO GONÇALVES MOREIRA	Contas irregulares	- Trânsito em Julgado	0,00	0,00	0,00

Emissão: 15/01/2016 19:33

1

Nome	Tipo	Histórico	Débito Corrigido(R\$)	Recuperado corrigido(R\$)	Saldo(R\$)
- AUDÍZIO GONÇALVES MOREIRA	Prejuízo a ser ressarcido	- Autorização parcelam/Desc Folh	9.889,20	0,00	9.889,20
Débito total: 9.889,20			Recuperado total: 0,00	Saldo total: 9.889,20	

Emissão: 15/01/2016 19:33

2